O enxame que devora a Amazônia

Cerca de 300 mil excluídos, entre ex-garimpeiros, sem-terra, índios e caboclos, ajudam madeireiras a pôr abaixo a floresta

Chico Otavio e Vannildo Mendes

Enviados especiais

• MANAUS e BELÉM. O ronco surdo da motosserra é o aviso. Instantes depois, um impacto assustador faz tremer o chão da floresta. A queda impressiona. Pelo menos 20 árvores menores despencam junto com o ipê derrubado. Pássaros voam assustados e a floresta ganha uma nova fenda. O rosto suado do caboclo exibe um sorriso de satisfação. Retalhada em toras, a árvore é o seu ganha-pão. Diante da imensidão verde, ele não se arrepende do que acaba de fazer. Místico, olha em torno da cratera e afirma:

— Isso aqui só acaba quando Deus mandar o fogo eterno.

Cada vez mais incorporada à rotina dos habitantes da floresta, a cena não tem um personagem único. Ela se repete em toda parte onde ainda há madeira de valor comercial na Amazônia. Acontece sempre com o posseiro Francisco Alves de Souza, o Chico Malária, que ganhou uma estrada de presente de um madeireiro, a quem chama de Doutor Mogno, em troca das árvores que cortou em Marabá (PA). Se repete também com João Pereira, ribeirinho típico do Alto Solimões (AM), onde madeiras centenárias não valem mais do que um saco de farinha ou uma lata de tabaco.

Mercado negro fornece 80% das madeiras tropicais

Francisco e João fazem parte de um exército de 300 mil "cupins da floresta", pessoas que estão transformando a extração predatória da madeira na principal fonte de renda da Amazônia. São ex-garimpeiros, sem-terra, posseiros, grileiros, índios, migrantes, caboclos e outros excluídos que, juntos, formam o mercado negro responsável por 80% da madeira que chega às 4.500 serrarias da região.

Dispersa e marginal, a mão-deobra dos "cupins" está movendo um novo ciclo econômico na Amazônia. De árvore em árvore derrubada, o Brasil firma-se como o terceiro maior exportador mundial de madeiras tropicais, saltando em seis anos de 2,2% da produção mundial (1989) para 8,02% (1995), só ficando atrás da Malásia e da Indonésia.

No mercado interno, as madeiras tropicais são as mais requisitadas. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, aposta que 90% da matéria-prima que abastece as serrarias do Sudeste vêm da Floresta Amazônica. Já não há mais madeira na Mata Atlântica.

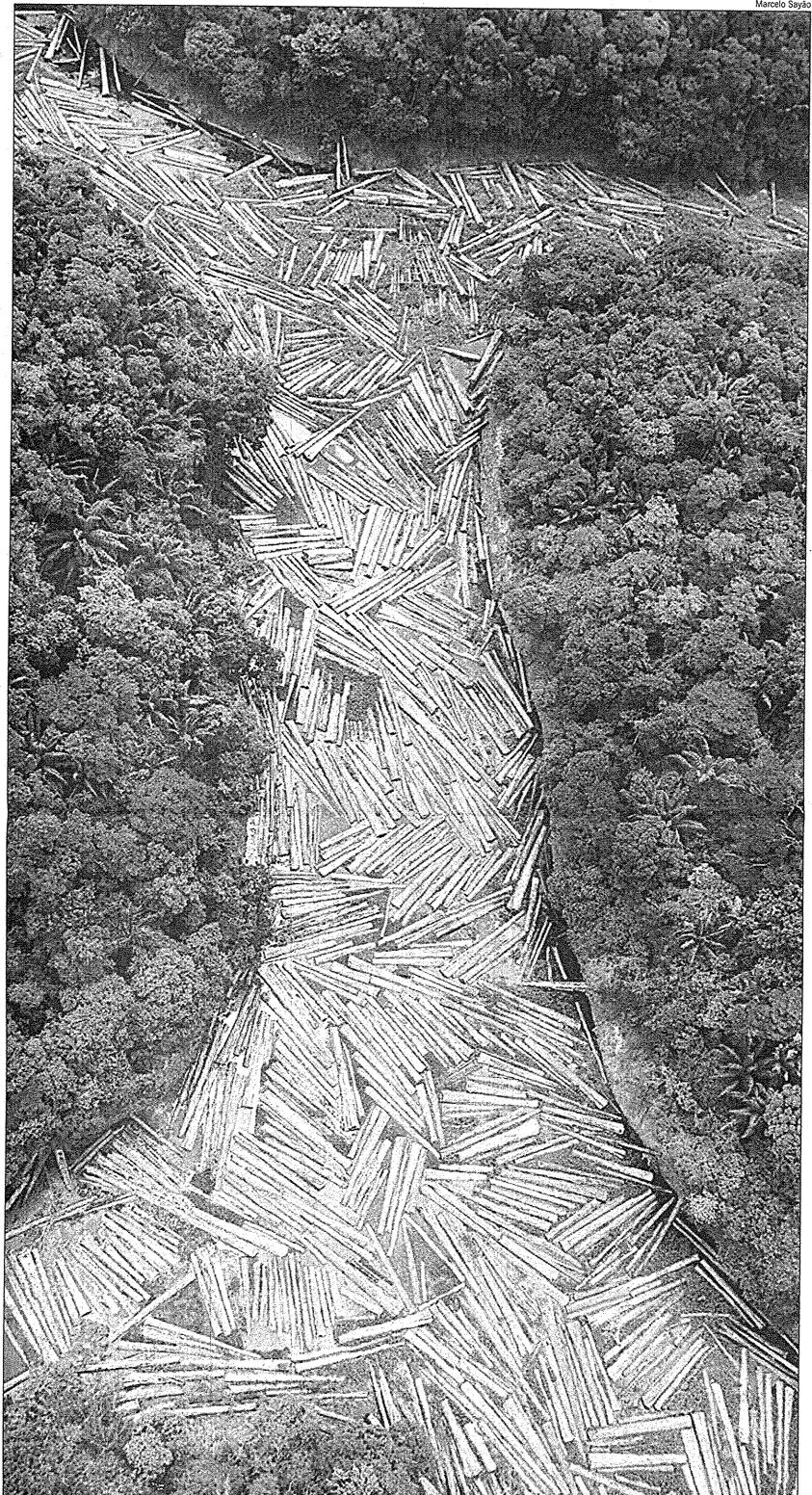
O custo ambiental dessa liderança no mercado é alto. Pelos cálculos do próprio Ibama, 50 milhões de metros cúbicos de madeira são retirados da floresta, anualmente, de forma predatória. Quantidade capaz de encher, num só tempo, 1,25 milhão carretas carregadas de toras - que, se enfileiradas, totalizariam 25 mil quilômetros em linha reta, dez vezes a distância Rio-Belém. Somente dez milhões de metros cúbicos são retirados de áreas com plano de manejo (o método correto de explorar a natureza) e de propriedades que receberam autorização para o desmate.

ção para o desmate.
Fiéis apenas à lógica da sobrevivência, os "cupins" não respeitam regras ou limites. Seu trabalho clandestino provoca perdas que chegam a 60% da madeira extraída. O desperdício começa da extração — uma árvore abatida derruba outras 20 — e só termina nos fundos da serraria, onde montanhas de serragens são queimadas diariamente.

Fiscalização não detém ataque dos "cupins da floresta"

Os soldados da madeira estão penetrando fundo na floresta. Ao lado das queimadas e de outras formas de agressão ambiental, eles ajudam a explicar a média de 15 mil quilômetros quadrados de mata primária destruídos a cada ano, área equivalente à metade da Itália. Para trás eles deixam um rastro de destruição que os satélites não enxergam, já que o corte é seletivo, e a fiscalização não consegue deter.

Nesses moldes, o controle é praticamente impossível. Não há como distinguir o desmatamento clandestino do autorizado — re-



UM IGARAPÉ DO RIO Amazonas é usado como depósito de árvores derrubadas pelos "cupins": 80% da madeira que chega às serrarias têm origem clandestina

conhece o chefe da fiscalização do Ibama, Rodolfo da Costa.

Quando as atenções se voltam para as madeireiras asiáticas, que começaram há dois anos a montar suas bases de expansão no Brasil, são esses pequenos "cupins", muitas vezes a serviço delas mesmas, que O GLOBO encontrou devorando a floresta. A

partir de hoje, uma série de reportagens vai mostrar o sistema clandestino e barato que faz do madeireiro o símbolo do novo modelo extrativista da região.

Para conhecer a saga dos "cupins" e de seus clientes, o GLOBO percorreu 16 cidades de três estados e uma no Peru. Foram mais de 35 horas de vôo (em helicópteros do Projeto Sivam e em aviões de carreira ou alugados), além de dez horas de barco e 2.600 quilômetros de carro. Passou também sete dias na Malásia, para ver de perto quem são as empresas que estão entrando no Brasil e o que fizeram com as florestas asiáticas.

É cômodo associar o caboclo e

sua motosserra à figura do vilão da floresta, mas a realidade ali é outra. O sistema de trabalho é perverso e as opções de renda na mata isolada quase inexistem. As serrarias pagam preços de banana pelas toras clandestinas. Quem segue a regra, tirando madeiras de forma racional, gasta mais e perde para os concorren-

tes. Quando a fiscalização cumpre o seu papel, os efeitos colatérais são inevitáveis: menos destruição significa menos empregos e renda e mais fome e violência.

O modelo é insustentável:
 paga mal e obriga o caboclo a retirar mais e mais madeiras — lamenta o presidente do Ibama.

Analfabeto e extrator de madeira desde os 15 anos, o ribeirinho João Pereira, de 27 anos, ficou sem saber o que fazer quando o Ibama apreendeu 23 mil metros cúbicos de madeira no Alto Solimões, há dois anos, suspendendo o esquema madeireiro da região. Pai de cinco filhos, teve de caçar e pescar para não morrer de fome:

— Quando não existia a fiscalização, a vida era bem melhor

Projetos rurais escondem interesse pela madeira

Na divulgação dos dados sobre a devastação da Amazônia, que indicaram recorde histórico em 1995 (29.059 quilômetros quadrados), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) denunciou que a preferência pela implantação de projetos agropecuários em áreas de floresta primária sempre acobertou outra finalidade mais lucrativa: a venda de madeira de valor comercial. Do Acre ao Pará, o arco de devastação desenhado pelo Inpe mostra onde as motosserras operam intensamente.

Mas ainda restam três milhões de quilômetros quadrados de mata nativa, reservatório de uma fortuna estimada entre US\$ 1 trilhão e US\$ 2 trilhões em recursos naturais. Ali estão mais de 300 espécies de madeira de valor comercial. A busca dessa riqueza florestal está redesenhando o mapa da região. A Amazônia ganhou uma rede em expansão de 300 mil quilômetros de estradas vicinais, veredas e trilhas cinco vezes maior do que a malha rodoviária federal. Quase dois terços foram abertos pelas madeireiras para fins extrativistas. Exaurida a madeira em áreas ocupadas, os "cupins" agora avançam sobre reservas indígenas (cerca de 60, segundo a Funai) e áreas militares.

A Região Amazônica acomoda, hoje, 22 madeireiras transnacionais, seis delas asiáticas. Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Política Florestal, coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), mostra que muitas delas aderiram à informalidade. Embora suas terras só produzam por ano três mil metros cúbicos de madeira, o relatório revelou que as empresas estão processando 30 milhões de metros cúbicos, uma desproporção entre a entrada de capital declarado pelas empresas e o volume de transações realizadas.

Chico Malária, chamado assim por ter sobrevivido a 19 ataques da doença, é uma peça do sistema que abastece essas empresas. Maranhense, analfabeto, 47 anos, dez filhos, dez netos, ele invadiu 50 hectares de floresta perto de Marabá, a 600 quilômetros de Belém, desmatou 30 hectares e trocou a madeira por uma estrada vicinal, construída por um madeireiro da região e pela qual escoa sua produção. Além de esconder o nome de seu protetor, Malária não quer ouvir falar em exploração sustentável da floresta.

— Todo ano tenho que desmatar um pedaço para manter minha família — justifica.

Devastação da floresta financia a agricultura

Espalhados pela Amazônia, Malária e seus colegas de ofício foram uma espécie de vanguarda da devastação. Eles chegam na frente dos agricultores e pecuaristas, quando não cumprem depois esses papéis. Em muitos casos, a própria madeira está financiando a produção rural. Para o agricultor, é mais prático derrubar a árvore do que ir ao Banco do Brasil buscar financiamento. Como o solo é pobre, Malária queima a flora remanescente, após a retirada da madeira comercial, para limpar a área e usar a cinza como adubo. Depois da primeira safra, o solo empobrece e, sem dinheiro para recuperá-lo, ele continua a devastação:

— Esse tal de manejo florestal custa a render alguma coisa. A gente precisa comer todo dia. ■

12.0 PAÍS

O GLOBO

AMAZÔNIA AMEAÇADA: Indústria agropecuária também tira proveito da ação dos 'cupins', que financia o início da produção

Mercado estimula a clandestinidade

Madeireiras burlam a fiscalização declarando falsamente ao Ibama que extraem toras de áreas que possuem na floresta

Alvim/ Editoria de Arte



E difícil comprovar a fraude. Para isso, o fiscal é obrigado a mostrar que, na área onde a empresa faz o seu manejo, não existe o toco da árvore correspondente a tora armazenada no pátio. Com poucos recursos para deslocar fiscais, o lbama no Amazonas optou por levar a fiscalização para dentro de seus gabinetes. Ao analisar os 105 planos de manejo aprovados no estado, cancelou 45 por irregularidades.

Das multas aplicadas em 96, só 6,5% foram pagas

Quando alguém é flagrado comprando no mercado negro, dificilmente responde pelo erro cometido. Dados levantados pela ONG Amigos da Terra revelam que, de janeiro a agosto de 96, o lbama expediu R\$ 6,5 milhões em multas contra as madeireiras. Deste total, apenas 6,5% foram pagos pelos infratores (R\$ 422 mil). Este valor correspondeu a apenas 28% do investimento feito na fiscalização, naquele período.

George Abouchahla, diretor da Amaplac, uma das empresas asiáticas instaladas em Manaus, argumenta que a fiscalização do Ibama não pode cortar, da noite para o dia, "um sistema que funciona, mesmo errado, há tanto tempo", sob pena de agravar os problemas socioeconômicos na região.

O caboclo que extrai a madeira geralmente é contratado por um intermediário, que revende as toras para as serrarias. Os extratores recebem alimentos em troca do serviço e, às vezes, passam meses na mata, divididos em grupos, e cortam até 20 árvores por dia.

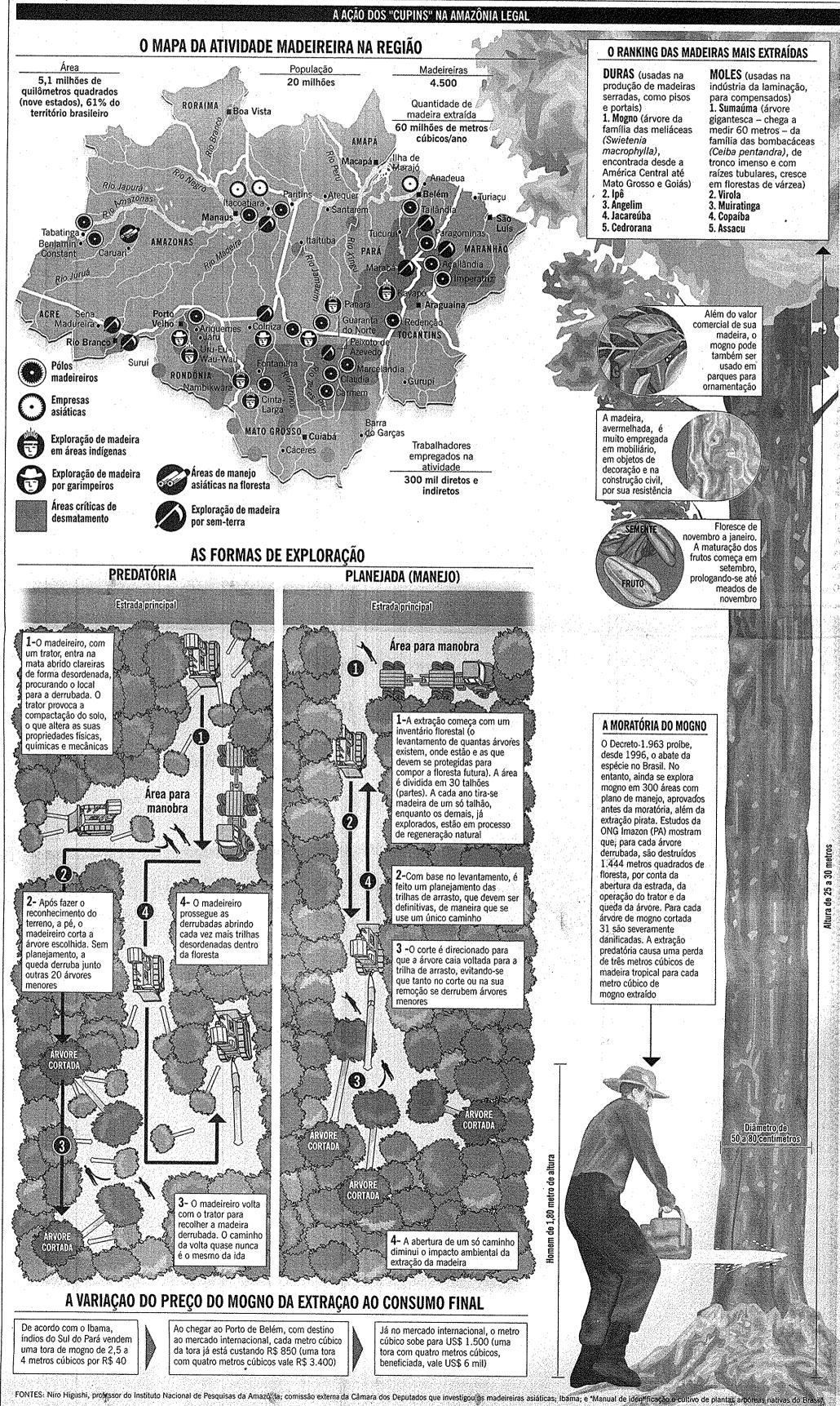
O maior contingente de "cupins" está concentrado no Pará, estado que tem 15 pólos madeireiros e duas mil serrarias, onde são beneficiadas 65% das madeiras extraídas da floresta. Dos 600 mil quilômetros quadrados devastados na Amazônia, mais de 50% estão em território paraense, o menos protegido por legislação. A atividade madeireira tem crescido sem planejamento e em ritmo acelerado. As exportações de laminados de madeira somarám US\$ 400 milhões em 97.

"Se o agricultor não vender a madeira, terá de queimá-la"

Como nos demais estados amazônicos, a indústria madeireira no Pará não responde sozinha pelo desmatamento. A agropecuária também está por trás do corte predatório.

— Se o agricultor não vender a madeira, terá de queimá-la para limpar a terra. Por que transformar em pó o que pode virar divisas, impostos e empregos? — indaga Guilherme Carvalho, diretor da Associação dos Madeireiros.

Segundo o pesquisador-chefe do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Imazon), Alberto Veríssimo, no passado os grandes projetos agropecuários estimulavam a chamada "colonização pela pata do boi". Hoje quem vai na frente é a madeireira, que abre as primeiras estradas para a extração e financia as primeiras lavouras ou as primeiras reses.



AMAZÔNIA AMEAÇADA: Situação social é o que mais preocupa

Para quem vive no Amazonas, caboclo é vítima, e não vilão

Alternativas como o ecoturismo ainda estão engatinhando

• MANAUS. Embora acusados de destruir a floresta, os caboclos encontram no Amazonas gente que entende a sua atitude, em vez de condená-la. Para muitos, longe de ser um vilão, o caboclo é uma vítima da exclusão social, do isolamento geográfico e do desprezo dos ambientalistas, que insistem em ignorar que ele também faz parte da Amazônia.

— Vilão não é. Ele foi estimulado a isso. Mesmo sendo uma das fontes de maior renda do Brasil, é tido hoje como um pária — lamenta o bispo de Tabatinga (AM), dom Alcimar Magalhães, que considera o caboclo um dos grandes personagens do desenvolvimento do Amazonas, tendo contribuído significativamente para a construção de Manaus.

Economista reclama: bancos internacionais boicotam estado

O economista Raimar Aguiar, consultor da Federação das Indústrias do Amazonas, diz que a devastação da floresta não o preocupa tanto quanto "uma outra catástrofe em curso: a situação social das pessoas que vivem na região". Segundo ele, os bancos internacionais resistem a autorizar recursos para os estados amazônicos, por temer que o desenvolvimento possa aumentar o desflorestamento.

— Minha preocupação hoje é saber quem vai financiar o desenvolvimento da nossa sociedade, o que teremos para garantir o nosso futuro. Ninguém pode esquecer que há 20 milhões de pessoas vivendo aqui. Os recursos externos não virão mesmo, porque ninguém financia nada na Amazônia — reclama Raimar.

O economista acusa as ONGs

'Não podemos manter as coisas intactas só para garantir empréstimos internacionais para o Rio ou São Paulo'

FERNANDO LÜDKE Gerente florestal da empresa exportadora de madeira Ghetal

de receber dinheiro dos países que concorrem com os produtos florestais brasileiros.

— Se o caboclo não tirar a madeira, vem o outro e tira. Se ele não fizer isso, acaba virando mendigo em Manaus ou Tabatinga. Os países que não querem a concorrência pagam as ONG para fazer o discurso contra o extrativismo. A questão não é ecológica: é política. A redução do desmatamento equivale a fechamento de empresas, doenças e fome — alerta.

Gerente florestal da maior empresa exportadora de madeira do Amazonas, a Ghetal Amazonas (Itacoatiara), Fernando Lüdke não aceita que a região seja item das pautas de negociação entre as autoridades brasileiras e os gestores dos bancos internacionais de desenvolvimento, como o Bird e o BID.

— Ou somos donos do que é nosso ou não somos. Não podemos manter as coisas intactas somente para garantir empréstimos internacionais para o Rio de Janeiro ou São Paulo, porque nós aqui é que acabamos sendo punidos. Se o jogo é esse, tem que ter contrapartida — reivindica.

As propostas mais concretas para a substituição do extrativismo florestal ainda não contam com a simpatia local. Uma delas, o ecoturismo, defendida como uma solução para a floresta pelo Ministério do Meio Ambiente, ainda vai precisar de tempo para conquistar a confiança dos moradores da região.

— Enquanto o índio continuar sendo empregadinho de terceira categoria do ecoturismo, exibindo-se para a madame rica, a atividade não vai para frente. A situação só muda se ele deixar de ser mão-de-obra para virar patrão — afirma Frederico Arruda, professor de Engenharia Florestal da Universidade do Amazonas.

Lüdke também vê com desconfiança a alternativa do ecoturismo. Segundo ele, a atividade exige grandes investimentos para levar as pessoas aos locais mais interessantes.

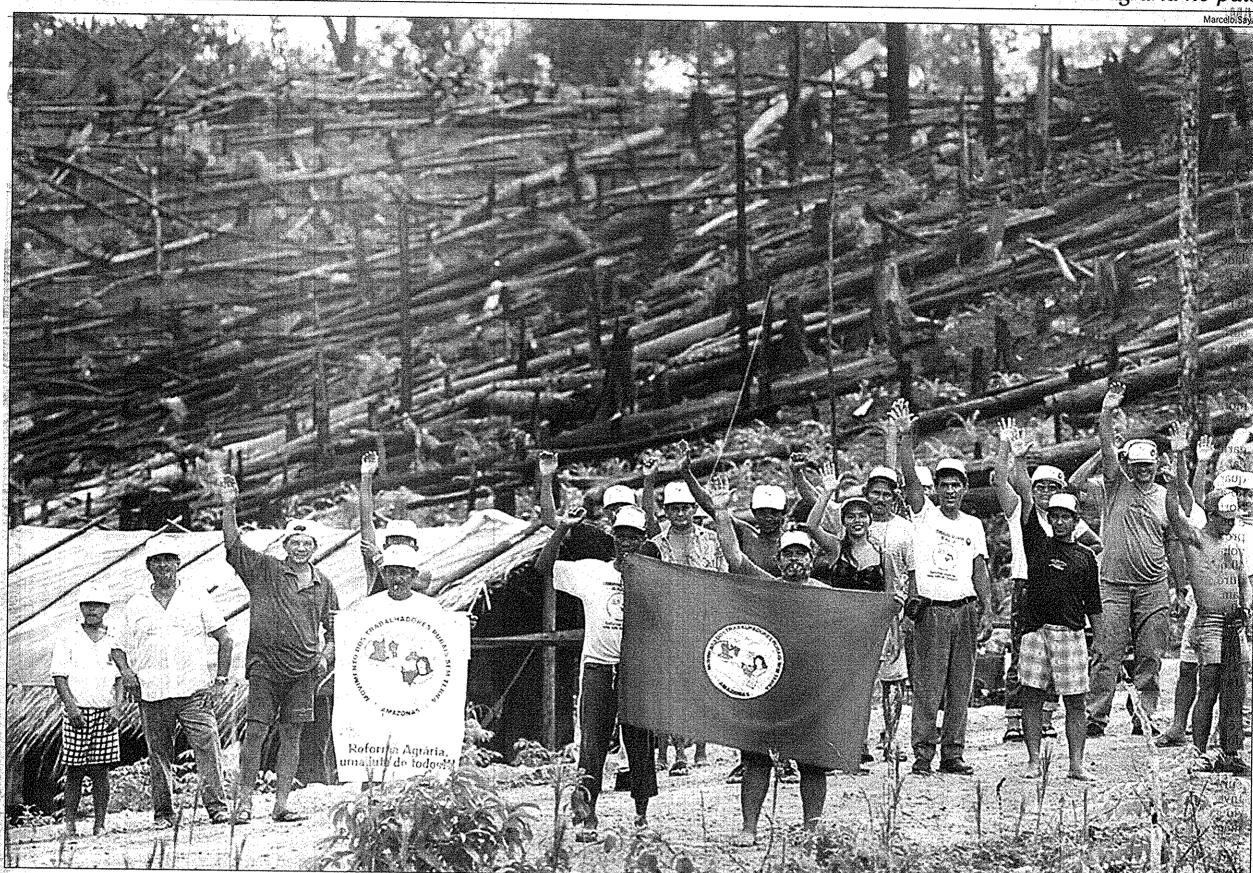
— Como é caro, resta mesmo ao caboclo partir para o extrativismo vegetal — disse.

Até mesmo nos países vizinhos há quem defenda o direito dos caboclos brasileiros de derrubar nossas florestas. É o caso do peruano Mario Cardenas Chavez, diretor do Escritório Agrário de Javari, em Islândia, uma pequena comunidade que entrou em crise desde que a fiscalização do Ibama interrompeu o fornecimento das madeiras brasileiras que abasteciam, de forma clandestina, as suas serrarias.

 — Madeira não desfloresta. O que desfloresta é o pequeno agricultor — assegura Cardenas Chavez. ■

 A AÇÃO PREDATÓRIA DOS SEM-MADEIRA, página 14 O GLOBO

AMAZÔNIA AMEAÇADA: Mesmo sem solo para agricultura, Amazonas já cedeu 88% das áreas destinadas à reforma agrária no país



UM GRUPO DE TRABALHADORES sem terra numa área invadida (e já praticamente toda desmatada) no coração da Amazônia: a estimativa é que aproximadamente 20 mil famílias cheguem à região todos os anos em busca de um lote

A ação predatória dos sem-madeira

Trabalhadores rurais sem terra investem contra a floresta, trocando a foice e a enxada pelo machado e pela motosserra

• RIO PRETO DA EVA (AM). As bandeiras vermelhas já chegaram ao coração da floresta. Em Rio Preto da Eva, município a 128 quilômetros de Manaus, as barracas do Movimento dos Sem-Terra do Amazonas (MSTA) — uma dissidencia do MST — avançam sobre a mata fechada. O solo é pobre, mas isso pouco importa para as 1,800 famílias que ocuparam o lugar. A sobrevivência ali não depende da agricultura. No Amazonas os sem-terra não plantam. Cortam madeira e sonham construir uma serraria para servir aos "acampamentos. Por isso são conhecidos na região como "os ge**șem-madeira".**

98119 Vinte mil famílias chegam a

cada ano em busca de terra
Nas fileiras do exército de "cupins" que derruba a floresta, os
sem-terra e assentados merecem
lugar de destaque. Desde 1990, a
Amazônia tem recebido por ano
20 mil famílias em busca de terras. Nos últimos oito anos, mais
de 51 mil famílias foram assentadas somente no Pará. Pelo menos
outros cem mil sem-terra perambulam nas cidades ou organizam
invasões na mata virgem, na expectativa de obter um lote.

Sem perspectiva de tirar da terra o que necessitam para viver, eles estão trocando a foice e enxada pelo machado e pela motosserra. Não buscam terras improdutivas nem encontram cercas ou peões armados pelo caminho. Querem a mata indefesa para tirar a madeira.

— Como não temos o apoio de ninguém, a única forma de sobreviver aqui é cortando as madeiras — alega o líder do MSTA, Ismael Oliveira.

Em Rio Preto da Eva, os semterra ocuparam uma faixa de 57 quilômetros de mata nativa do Distrito Industrial da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Espalhados ao longo de uma estrada vicinal (ZF-7), praticam a forma mais rudimentar de abate de madeiras: depois

de cortar as árvores, queimam o mato, para plantar entre as raízes calcinadas.

De acordo com a Suframa, os invasores de sua área não respeitam a topografia do terreno, as margens dos igarapés ou as faixas de domínio da estrada, tirando toda madeira de valor comercial ao alcance de seus braços. Afirma também que os sem-terra são minoria entre os acampados. A maioria é de pessoas de fora — incluindo ex-policiais militares de Manaus — que não dependem di-

retamente da floresta para viver. Ao sobrevoar pela primeira vez a área ocupada, com O GLOBO, o líder do movimento não se assustou com a floresta esburacada. Orgulhoso, Ismael diz que o MS-TA está nascendo no Amazonas. E garante que as ocupações têm importância social, ao levar de volta para o interior os trabalhadores atingidos pela crise do desemprego na Zona Franca de Manaus. Meticuloso, organizou pessoalmente o escoamento da madeira tirada do acampamento, que conta com caminhões próprios e entreposto em Manaus.

"Por que não assentam onde

já houve desmatamento?"

Cansada de procurar emprego em Manaus, a acreana Maria José da Conceição Souza, de 44 anos, encabeça uma das famílias invasoras. Abandonada pelo companheiro, tendo cinco filhos menores, ela sobrevive de seu pedaço de terra. Cortou a madeira que podia, queimou o restante e, agora, tenta plantar arroz, milho e cebola na área desmatada. Mas teme o fracasso da empreitada:

— É mais fácil viver na mata, onde nasci e me criei, do que na cidade grande. Mas, sem adubo, acho que isso aqui não vai para frente. Ao meu lado, só conto com a misericórdia de Deus.

Se a plantação não vingar, Maria já sabe o que fazer: cortará mais madeiras, mata adentro, para garantir a comida na panela. Para faturar mensalmente R\$ 230,

cada família precisa vender 600 varas de madeira, usadas como escoras de construções.

Apesar da falta de técnica, os invasores do Distrito Industrial estão empenhados em obter algum título precário de posse, que abrirá caminho para o financiamento e a liberação do desmatamento.

O presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Vicente Nogueira, estranha a presença de sem-terra no estado. Segundo ele, Amazonas não tem vocação agrícola. O solo não contribui para o plantio. Ele lamenta que o Incra, ao insistir em assentar gente somente on-

de há floresta, contribua para o aumento da devastação.

— Por que não assentam onde já houve desmatamento? — indaga Nogueira, que está comprando briga com o Incra ao anunciar a disposição de expulsar 400 famílias assentadas em Tarumã-Mirim, área nobre nos arredores de Manaus onde a Prefeitura local não consentiu a ocupação.

A Amazônia cede mais de 88% das áreas destinadas à reforma agrária no país, segundo dados da comissão externa da Câmara dos Deputados. Classificado no relatório final da comissão como "desastre ambiental", por sua as-

sociação cada vez maior com o abate de madeira e outras formas predatórias de extrativismo, o processo de assentamento limitou-se à simples transferência de populações empobrecidas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste para a Amazônia Legal.

O piauiense Francisco Alves de Souza, o Chico Malária, de 47 anos, chegou numa dessas levas a Marabá (PA). Analfabeto, nunca aprendeu ofício. Insiste em desmatar, vender a madeira, queimar a mata remanescente e produzir cultura de subsistência: arroz, mandioca, banana e feijão. Já desmatou 30 hectares em seis anos.

— Tenho de destruir o resto para não passar fome — diz

Ingênuo, Malária vendia arvores de mogno com 60 centímetros de diâmetro por R\$ 15. Uma arvore dessas tem entre dez e 12 metros cúbicos de madeira. Cada metro cúbico é vendido pelas madeireiras a R\$ 800. Quando chega ao Japão, aos Estados Unidos ou à Inglaterra, esse mesmo metro cúbico é vendido até a US\$ 2 mil. Se a diferença não fosse tão alta, talvez Francisco não precisasse devastar tanto.

Assentamentos ocupam area igual a quatro Sergipes (1)

Embora não se conheça ainda o ônus ambiental desse tipo de ocupação, calcula-se que a área ocupada na Amazônia, ao longo dos últimos 25 anos, já totalize 31 milhões de hectares. Só entre 1990 e 97, o Incra assentou 160 mil famílias na região, ocupando 9,5 milhões de hectares, ou 95 mil quilômetros quadrados, o equivalente a quatro Sergipes.

Entre os milhares de colonos que invadiram a região e devastaram o que encontraram pela frente, há espaço também para os arrependidos, como o mineiro Manoel de Souza Santos. Ele chegou há dez anos a São Domingos, no Pará, onde invadiu 40 hectares, vendeu toda a madeira que pode e, com o capital obtido, montou uma borracharia na cidade. Por muitos anos, atuou como intermediário entre colonos e as madeireiras, tornando-se grande conhecedor da região. Cansado de ver tanta devastação, Santos aderiu a um projeto de preservação da natureza financiado pela União Européia e dedica-se agora a combater o desmatamento, Embora saiba onde os desmatadores estocam a madeira clandestina, é pouco requisitado.

extração é proibida por lei federal há dez anos. ■

CORPO A CORPO ISMAEL OLIVEIRA

'A madeira garante o rancho das famílias'

• Com cursos de marketing e opinião pública, o líder do maior movimento de ocupação do Amazonas, o MSTA, alerta: os sem-terra continuarão devastando a floresta enquanto não receberem apoio para desenvolver outra atividade. O matogrossense Ismael Oliveira, de 34 anos, cobra ajuda do Governo e das ONGs ambientalistas.

O GLOBO: Os integrantes do MSTA querem realmente terra ou só estão atrás das madeiras? ISMAEL OLIVEIRA: Se sair algum recurso para os nossos assentamentos, não há razão para os companheiros perderem tempo com a madeira. O problema é que o apoio nunca chega e precisamos sobreviver. Sem outra alternativa, somos obrigados a retirar da floresta a madeira que vaí

• Que tipo de apoio o MSTA reivindica? ISMAEL: Queremos financiamento para desenvolver um projeto auto-sustentável. Uma das idéias é plantar frutos em nossos acampamentos, como o cupuaçu e o maracujá.

garantir o rancho das nossas famílias.

• Por que a ocupação se concentra no Distrito Industrial da Suframa?

ISMAEL: Nossos alvos são as áreas que já dispõem de um mínimo de infra-estrutura. Por isso estamos centralizando nossas ocupações no Distrito da Suframa, que é cortado por estradas vicinais em boas condições. Nossa meta este ano é chegar a três mil famílias ocupando o local.

• O senhor não teme levar a pecha de "cupim" da Floresta Amazônica?
ISMAEL: Não é nada perto do que estão fazendo com o Estado do Amazonas, que está sendo lo-

teado para os gringos da Malásia.

• Os fiscais do Ibama não o incomodam? ISMAEL: Comercializamos a madeira sem sermos importunados. O Ibama autoriza o desmate de três hectares para cada família assentada.

• Há conflitos na ação dos sem-terra? ISMAEL: A maioria dos assentados vem de áreas urbanas. Não ocupamos áreas particulares. Por isso os conflitos são menores. As pessoas aqui são mais calmas, com exceção da Suframa, que mandou uma força paramilitar para pressionar nossos companheiros.

• Por que o movimento abandonou o MST? ISMAEL: Viramos dissidentes porque o movimento deles quis nos impor condições, como exigir que os sem-terra ficassem 60 dias acampados à beira da estrada antes da invasão, o que é desumano numa região quente e chuvosa como a Amazônia. Hoje a nossa relação com o MST é apenas correlata.

AMAZÔNIA AMEAÇADA: Acostumados a despejar toneladas de mercúrio nos rios, eles não vêem mal algum no desmatamento

Arvores, o novo ouro de ex-garimpeiros

Corte, transporte e venda de toras sem controle destrói a floresta mas é fonte de renda para muitos, ainda que passageira

• CUIABÁ (MT). O cordão de ouro sobre o peito é um dos últimos vestígios do passado de prosperidade. Do dinheiro acumulado pelo paulista Aparecido André, de 39 anos, nos garimpos de Guarantã no Norte, a 725 quilômetros de Cuiabá, só restou recordação. O ouro acabou, encerrando um ciclo de euforia e riqueza fácil. A cidade só não desapareceu do mapa, há oito anos, porque a floresta, mais uma vez, socorreu seus moradores. A base da economia de Guarantã, agora, é a madeira.

Aparecido é do tempo em que garimpeiro fazia questão de pegar um táxi para percorrer dois quarteirões da cidade. Em 1986, no auge da extração de ouro no Norte do Mato Grosso, Guarantã e povoados vizinhos chegaram a produzir 500 quilos por mês. O volume mensal não chega hoje a 40 quilos. As lojas de compra de ouro praticamente desapareceram. Em seu lugar surgiram quase 50 serrarias (chegaram a ser 90 há três anos), que ardem intensamente, pela queima de montanhas de serragens produzidas pela sobra das toras cortadas e transformadas em tábuas.

Ganhei muito dinheiro, mas o ouro é uma grande ilusão. Se você ganha um quilo, quer tirar dois. O dinheiro chega fácil e vai embora com a mesma velocidade -lamenta Aparecido, que foi surpreendido pela crise quando investia toda a economia tirada do garimpo na compra de novas máquinas de extração.

Já aconteceu uma vez com o ouro e se repete agora com a madeira: a base da economia de Guaranta e da maior parte das cidades da região é totalmente informal e irregular. Não há controle sobre o abate, o transporte e a venda da madeira. A poucos quilômetros da cidade, na poeirenta BR-163 (Cuiabá-Santarém), é possível encontrar gente como o mobo, de 39 anos. Seu caminhão está carregado de angelim, marupá e peroba, todas madeiras de valor comercial, mas o caminhoneiro não dispõe de um único documento do Ibama autorizando o transporte.

— Não tenho nada comigo. Essas madeiras são do seu David. So estou sendo pago para transportá-las — desconversa Cláudio, que garante não saber o sobrenome do dono da carga.

Madeireiro com plano de

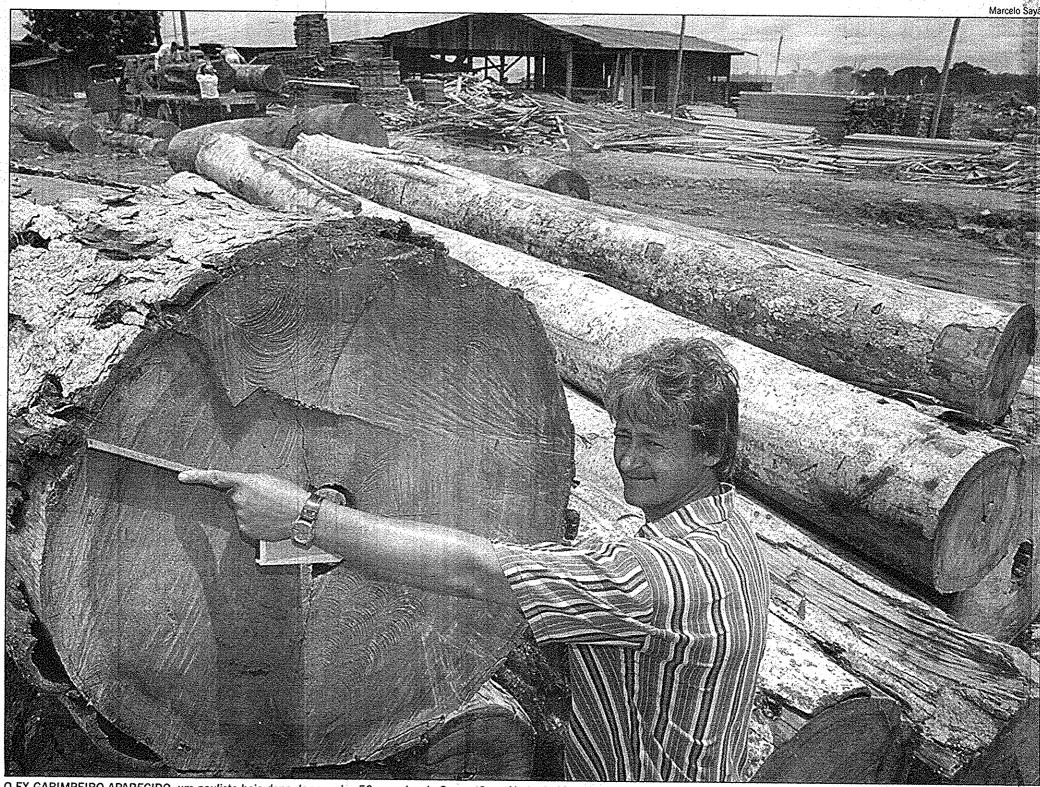
manejo é raro de se encontrar Madeireiros como "seu David" são comuns na região. Após a crise do ouro, no início dos anos 90, eles começaram a retirar madeira a três quilômetros da cidade, onde ainda havia mata fechada. Como essas áreas foram exauridas, eles agora praticam grilagem em áreas mais distantes e já entraram em terras indígenas e num campo de provas da Aeronáutica no Sul do Pará.

É difícil encontrar na cidade algum madeireiro que retire sua matéria-prima de uma área com plano de manejo (autorização do Ibama). Eles parecem não se importar com as consequências desastrosas de suas atividades. Acostumados a despejar toneladas de mercúrio nos rios, para tirar ouro, eles estão convencidos de que não há nada de mal no corte da madeira.

 A extração da madeira até valoriza o meio ambiente, porque estamos retirando árvores muito "velhas, que já não produzem oxigênio — argumenta Aparecido.

A Prefeitura, contudo, está préocupada com o modo de vida de seus habitantes, mais uma vez concentrado numa única e predatória atividade econômica. Embora seja difícil substituir, da noite para o dia, a principal fonte de emprego de Guaranta e as marcas profundas que vai deixando - a maioria das ruas tem nome de árvores - o vice-prefeito Pedro Sala anuncia um projeto de desenvolvimento baseado em novas vocações econômicas:

Sabemos que é uma atividade passageira. Queremos projetos mais concretos e duradouros, como o desenvolvimento da agricultura e da fruticultura.



O EX-GARIMPEIRO APARECIDO, um paulista hoje dono de uma das 50 serrarias de Guarantã, no Norte do Mato Grosso: "Estamos retirando árvores muito velhas, que já não produzem oxigênio"

Indios aprendem a negociar madeira das reservas

Com apoio do Governo e de uma ONG ambiental, tribo fecha transação que inclui até benefícios sociais

• PARAUAPEBAS (PA). Guerreiros xikrins do parque ecológico da Serra de Carajás, no Pará, começam a ser treinados este mês pelo Instituto Sócio-Ambiental (ISA), uma ONG paulista, para fiscalizar a derrubada seletiva de madeira em sua reserva. O contrato assinado entre os índios, a Vale do Rio Doce e a ONG prevê a extração de 15 espécies de madeira de lei em 439 mil hectares, de um total de um milhão de hectares da reserva. Os índios serão indenizados pela extração e receberão benefícios sociais como casas de alvenaria, obras sanitárias, insumos e treinamento para atividades produtivas.

Pressionados de um lado e cooptados por outro, os índios estão capitulando diante do assédio do homem branco e cada vez mais estão participando diretamente do comércio de madeira. Em documento enviado à comissão externa da Câmara dos Deputados que investigou as madeireiras, a Funai admitiu que pelo menos 60 diferentes terras indígenas, a maioria delas na Amazônia, vêm sofrendo o assédio persistente de empresas madeireiras.

Reserva é rica em mogno e outras 15 espécies de madeira

Santuário ecológico praticamente intocado da região de Parauapebas, no Sudeste do Pará, a reserva dos xikrins do cateté é uma das áreas atacadas. Já vinha sofrendo a ação de saqueadores da floresta, rica em mogno e com pelo menos 15 outras espécies de madeira de alto valor.

Os próprios índios, capitaneados pelo cacique Karangrê, estavam abertos à negociação com as madeireiras. O Governo resolveu chancelar o empreendimento para que a extração obedeça a critérios rigorosos de manejo. O contrato foi assinado em fevereiro, em Brasília, no sede do Ibama. O Banco Mundial aprovou uma verba de U\$ 1,2 milhão para treinamento e ca-



O CACIQUE KARANGRÊ, dos xikrins: responsável por contrato que permitirá o desmatamento de 439 mil hectares

pacitação profissional de índios e brancos envolvidos com a extração, contra a garantia de que serão adotados procedimentos com a qualidade ISO 14.000.

A Amazônia brasileira acomoda 150 nações indígenas, com 170 mil índios reconhecidos pela Funai, que falam 45 línguas diferentes. A maior parte - 120 grupos está concentrada num cinturão de 500 mil quilômetros quadrados que compreende o Norte do Mato Grosso, todo o Estado de Rondônia e o Leste e o Sul do Pará. Região de grande interesse madeireiro, essas reservas estão sendo sistematicamente invadidas por posseiros, colonos e ladrões de madeira, com a agravante de que as áreas não podem ser fiscalizadas pelo Ibama.

Na fronteira do Pará com Mato Grosso, os índios panarás chega-

'Vai dar certo. A venda de madeira, feita sob controle e organizada, é boa para o Brasil e para os índios.'

KARANGRÊ Cacique dos xikrins

ram a montar barricadas para impedir a fiscalização do Ibama durante a mega-operação Macauã, realizada ano passado em nove estados da Amazônia Legal. Para retirar madeira da área, os madeireiros tinham aberto uma estrada paralela à BR-163 (Cuiabá-Santarém). Impedidos pelos índios de entrar por essa estrada, os fiscais

do Ibama tiveram de descer até a tribo num helicóptero da Força Aérea Brasileira (FAB). Sem autorização da Funai para a ação na reserva, foram retidos por índios hostis e armados. Só conseguiram sair depois que contaram aos índios que o mogno, vendido aos madeireiros por R\$ 30 o metro cúbico, chegava a valer R\$ 800 no mercado.

Levantamentos feitos pela comissão externa da Câmara dos Deputados que investigou as madeireiras mostram que os índios, quando pagos, recebem apenas 4% do valor real da madeira retirada de suas reservas. O presidente da comissão, deputado Gilney Vianna (PT-MT), reclama da incapacidade da Funai de fiscalizar a atividade predatória nas terras indígenas e da inexistência de alternativas de manejo sustentá-

- Abandonadas, as comunidades indígenas estão entregues à sanha dos madeireiros. E o problema tende a se agravar com a

vel nas áreas mais cobiçadas.

chegada das madeireiras asiáti-

cas — lamenta. Especializado em temas indígenas, o ISA calcula que mais de

10% da população indígena da Amazônia já estejam engajados no batalhão de "cupins da floresta". Karangrê, que usa tatuagens de funkeiro nos braços - uma cobra no direito e uma águia no esquerdo — relógio digital e óculos de grau, não vê perigo no desmatamento e acredita sinceramente que a venda de madeira da reserva vai melhorar a qualidade de vida do seu povo.

 Vai dar certo. A venda de madeira, feita sob controle e organizada, é boa para o Brasil e para os índios - afirma.

Indios fracassaram como 🕁 criadores de gado 🔝

A aldeia dos xikrins do catété tem 610 índios. Os homens cultivam até hoje o estranho hábito de trocar a mulher por uma mais nova até o quarto filho. Karangrê está casado agora com uma de 15 anos. Dissidência dos caiapos,

eles falam a mesma língua: jê. As tentativas de incorporação dos xikrins ao setor produtivo remontam a dez anos, quando a Funai bancou uma fazenda de gado pioneira na reserva. Comprou os bois, o arame e os insumos, pagou a mão-de-obra e contratou peões. Indiferentes ao modo branco de produção, os indios descuidaram-se da produtividade, mas não hesitavam em matar um boi gordo por semana para consumo próprio e começaram a vender o rebanho sem planejamento. A fazenda faliu e a Funai demitiu os peões.

 AMANHÃ: Csmo a extração de madeira ajuda a propagar ी as queimadas